

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes*

*Departamento de História*

*A construção do passado republicano norte-rio-grandense e a  
historiografia*

*Consolação Linhares de Carvalho*

*NATAL (RN)*

*2006*

# CONSOLAÇÃO LINHARES DE CARVALHO

## A construção do passado republicano norte-rio-grandense e a historiografia

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, para fins de conclusão do curso de Bacharelado e Licenciatura em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientada pelo Professor Dr. Almir de Carvalho Bueno.

NATAL (RN)

2006

*Um completo  
OK*

**BANCA EXAMINADORA**

**CONSOLAÇÃO LINHARES DE CARVALHO**

**A construção do passado republicano norte-rio-grandense e a historiografia**

Em, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

---

Almir de Carvalho Bueno (Professor orientador)

---

(membro da banca)

---

(membro da banca)

**NATAL (RN)**

**2006**

*Aos meus pais e ao meu irmãozinho,  
os principais pilares da minha vida.*

*voluntária  
depois bolsista*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por serem meu porto seguro, quero lembrá-los de que não esqueci de todo esforço e determinação que tiveram para financiar os meus estudos. Entretanto a maior lição que aprendi não foi nas escolas, mas foi no dia-a-dia da nossa convivência familiar, ao compreender a importância do amor para o crescimento e a maturação humana.

Aos meus tios, Djalma e Alzira, por terem me recebido como uma filha em sua casa. E aos meus queridos primos, Karenine, Ingrid e Marcus, por toda paciência que tiveram comigo.

A todos os professores do Departamento de História pela contribuição em minha formação. E, especialmente, ao meu orientador, Almir Bueno, que com paciência e perseverança ensinou-me os caminhos da pesquisa histórica.

A todos os funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, especialmente, à Dona Lúcia por todas as histórias que me confidenciou e que me ensinaram um pouco sobre a arte de viver.

Aos amigos que o mundo acadêmico possibilitou cativar: Ana Cláudia, Artur, Aurinete, Bueno, Bruna, Denison, João Carlos, Juliane, Kamila, Marília, Milena, Neto, Vanessa e Verbena.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>1 OS “HERÓIS” NA CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO REPUBLICANO NO RIO GRANDE DO NORTE .....</b>	<b>09</b>
<b>2 A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIO-GRANDENSE E A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO REPUBLICANO .....</b>	<b>17</b>
2.1 Rocha Pombo .....	19
2.2 Augusto Tavares de Lira.....	20
2.3 Luís da Câmara Cascudo.....	23
<b>3 A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE E A HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA .....</b>	<b>26</b>
3.1 Marlene da Silva Mariz .....	29
3.2 José Antônio Spinelli Lindoso .....	30
3.3 Almir de Carvalho Bueno.....	33
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Em *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, José Murilo de Carvalho<sup>1</sup> discutiu a fundo o conteúdo de alguns dos principais símbolos utilizados pelos republicanos brasileiros para promover a legitimação do novo regime, como por exemplo a criação de heróis, bandeiras e hinos. Carvalho entende que essa discussão pode revelar os conflitos entre as distintas concepções de República, bem como os valores da sociedade que produziu tais símbolos.

Trabalhos como o proposto por José Murilo de Carvalho são praticamente inexistentes no Rio Grande do Norte. E na tentativa de incentivar a produção de trabalhos que estudem as formas pelas quais o governo republicano potiguar legitimou-se foi iniciado, em 2004, o projeto de pesquisa *República e legitimidade: a construção do imaginário republicano no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, coordenado pelo professor Almir de Carvalho Bueno do Departamento de História da UFRN<sup>2</sup>. Este projeto pretende estudar como se desenvolveu a construção da tradição republicana aqui no estado e que mecanismo foram utilizados para se alcançar este objetivo. E foi em contato com a pesquisa, com a leitura sobre a temática, que surgiu a idéia de estudar como se processou a fabricação dos heróis republicanos potiguares.

A consolidação da república no Rio Grande do Norte não foi baseada apenas na força do arranjo oligárquico, mas houve tentativas das lideranças políticas de aproximar o novo regime do povo. E dentre os métodos usados para alcançar tais objetivos, apontados pela pesquisa, está a tentativa de mitificação do Frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão.

A estratégia básica dos republicanos potiguares era ligar a república instituída no final do século XIX ao movimento pernambucano de 1817 do qual havia participado os “heróis” potiguares. Desse modo, tentava-se criar no imaginário coletivo norte-riograndense a idéia de que havia em terras potiguares uma antiga tradição republicana que deveria ser referenciada por todo o povo potiguar.

A necessidade de inventar tradições que sirvam para manipular o imaginário social é um fenômeno que tende a acontecer em momentos de mudanças políticas e sociais. E é o passado republicano potiguar marcado pelos “feitos heróicos” de Frei Miguelinho e André de

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário republicano no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Albuquerque Maranhão, inventado para justificar socialmente a república que era instituída em 1889 sem a participação do povo, que tentamos entender o primeiro capítulo.

Muitas foram as formas de tentar promover Frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão a herói republicano: organização de Festas Cívicas, construção de monumentos que celebram a memória desses “heróis”<sup>3</sup> e publicação de artigos em jornais que comemoram o 19 de março e o 12 de junho, datas que celebram respectivamente o governo republicano de 1817 instalado na província do Rio Grande do Norte por André de Albuquerque Maranhão e a morte de Frei Miguelinho.

Dentre esses vários métodos usados para promover a mitificação de Frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão, escolhemos os artigos do jornal *A República* publicados entre 1889 e 1920 como fonte para entendermos no primeiro capítulo os discursos legitimadores dos republicanos potiguares.

Já nos dois capítulos seguintes tentaremos compreender como os autores clássicos, Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo, e os pesquisadores universitários, Marlene da Silva Mariz, Spinelli Lindoso e Almir Bueno, conceberam a implantação da República no Rio Grande do Norte e em que medida colaboraram ou romperam com a idéia de uma tradição republicana norte-riograndense.

---

<sup>2</sup> Projeto registrado na Pró-reitoria de Pesquisa da UFRN, no qual fui bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq.

<sup>3</sup> Ver anexo B.



## 1 OS “HERÓIS” NA CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO REPUBLICANO NO RIO GRANDE DO NORTE

A proclamação da República no Rio Grande do Norte ocorreu a 17 de novembro de 1889, dois dias após ser oficializada no Rio de Janeiro, quando o último presidente de província, Antônio Basílio Ribeiro Dantas entregou o governo ao líder republicano potiguar, Pedro Velho, como “se fosse a transmissão formal de cargo de um partido a outro, de acordo com a praxe imperial e não uma mudança radical de um regime político por outro”<sup>4</sup>.

No Rio Grande do Norte, assim como em quase todo o país, o regime imperial era popular e mesmo os líderes republicanos potiguares, como João Avelino, reconheciam que a afeição à monarquia era forte tanto no interior quanto em Natal. E para exemplificar o carinho que o povo cultivava em relação ao antigo regime, destacamos as manifestações calorosas que foram expressas pelos potiguares na ocasião da visita do conde d’Eu à província em agosto de 1889, bem como a composição da guarda negra que funcionava regularmente em Natal desde fevereiro de 1889, sendo formada por 500 alistados, número razoável para a época.<sup>5</sup>

Proclamada a República no Rio Grande do Norte, ela continua como um projeto a ser concluído, pois devido à falta de profundidade popular, fazia-se necessário, para a sobrevivência do novo regime, a construção da sua legitimidade que foi empreendida por meio de um esforço pedagógico dos republicanos potiguares, no final do século XIX e início do XX, que tentaram fabricar um imaginário coletivo dentro de um sentido cívico republicano, através do qual o novo regime deveria se tornar popular.

Dentre os métodos usados pelos novos donos do poder político no Rio Grande do Norte para consolidar uma memória republicana estão as tentativas de ligar diretamente o movimento republicano do final do século XIX à participação dos “heróis” do Rio Grande do Norte nas insurreições de 1817 e 1824, André de Albuquerque Maranhão e Frei Miguelinho, bem como a instituição de feriados estaduais comemorando datas caras ao imaginário popular.<sup>6</sup>

A estratégia legitimadora dos republicanos potiguares de fabricar heróis e inventar um passado republicano norte-rio-grandense, constitui-se, nesse capítulo, no nosso objeto de

---

<sup>4</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002. p. 104.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 230.

<sup>6</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *República e legitimidade: a construção do imaginário republicano no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Projeto de pesquisa do Departamento de História da UFRN. 2003. p. 3.

estudo, através do qual tentaremos perceber os valores políticos e sociais norteadores dos potiguares que vivenciaram o processo de implantação e consolidação da República.

O mito político é construído a partir de uma realidade histórica, entretanto ele “é fabricação, deformação ou interpretação recusável do real”<sup>7</sup>, na medida em que em torno do mito político se cristalizam os valores e os anseios da sociedade que o produziu, portanto o personagem mitificado nos revela mais sobre quem produziu do que sobre si mesmo.

E essa realidade histórica que serve de base para o florescimento do mito político está localizada, geralmente, no passado idealizado pelos grupos sociais que lideram o processo de mitificação. Para determinados eventos do passado são transferidos valores e conceitos da sociedade do presente que busca nesse passado as sanções e os modelos para a suas práticas, inventando, desse modo, tradições. As “tradições inventadas” correspondem a “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, sendo de natureza ritual ou simbólica que tende a estabelecer com o passado uma relação de continuidade”<sup>8</sup>.

A política em prol da assimilação social dessas práticas impostas pelo passado que são apresentadas como regras próprias do direito natural ocorre no momento de transformações amplas e rápidas de uma determinada realidade social, econômica ou política e tem como função estabelecer ou legitimar novas instituições e autoridades, bem como inculcar novos valores e padrões de comportamento.<sup>9</sup>

O movimento de 1817 foi liderado pela elite agrária pernambucana que se insurgiu contra o domínio português instaurando um governo provisório que proclamou a República liberal, baseada na grande propriedade escravista. Esse movimento teve repercussão na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará. Foi, então, nesse contexto que o latifundiário potiguar, André de Albuquerque Maranhão, depôs o presidente da província e proclamou em março o governo republicano do Rio Grande que seria desarticulado pela repressão da Coroa, durando apenas um mês e tendo sido Albuquerque assassinado.

Outro potiguar que participou do movimento de 1817, sendo condenado por crime de lesa-majestade e fuzilado, no dia 12 de junho do mesmo ano, foi Frei Miguelinho que, embora tenha saído aos 16 anos de Natal para estudar em Recife e, depois de então, não tenha tido nenhum tipo de relação política com o seu estado natal, foi descrito pela história tradicional como o grande herói potiguar.

<sup>7</sup> GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982. p. 13.

<sup>8</sup> HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 10-11 e 17.

Entretanto não trataremos da realidade histórica do movimento de 1817 e de seus participantes, tendo esses aspectos importância para a nossa análise somente quando forem relevantes para a construção da mitologia, mas nos deteremos apenas nas representações que deles foram feitas e que tentaram impor muito amplamente à opinião pública.

O esforço dos republicanos potiguares para transformar André de Albuquerque Maranhão e frei Miguelinho em heróis do novo regime é observável por meio de várias medidas políticas que exaltavam os valores desses personagens em jornais ou em manifestações cívicas<sup>10</sup>, e que tentavam imortalizá-los através de monumentos erguidos às suas memórias e da atribuição de seus nomes à instituições, ruas e praças da cidade de Natal.

Limitar-nos-emos a entender a tentativa de mitificação dos participantes do movimento de 1817 e de construção do passado republicano através da análise exclusiva dos artigos do jornal *A República* entre os anos de 1889 e 1920, período que corresponde ao controle do Estado pela oligarquia Albuquerque Maranhão que liderou o processo de redefinição política, na medida em que foi o grupo político responsável por incutir os valores do novo regime na população, servindo-se desses valores para legitimar suas práticas políticas.

A escolha do jornal *A República*, órgão do partido anti-monarquista, como a única fonte para o nosso trabalho justifica-se por entendermos que no início da república no Rio Grande do Norte as publicações nesse periódico foram um dos principais meios de divulgação dos ideais e projetos políticos republicanos, mesmo tendo em vista as altas taxas de analfabetismo. E, assim como Michel Winock, pensamos que os jornais representam “a mais rica fonte, a que espasa as reflexões da época, as nuances da conjuntura, e refletem as relações na sociedade”.<sup>11</sup>

Duas datas orientaram a nossa pesquisa no jornal *A República*: o 19 de março e o 12 de junho. Estas datas foram instituídas, como feriados estaduais por decreto do governo do estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de celebrar o passado republicano em terras norte-rio-grandenses que teria sido marcado pelo sangue de seus “heróis”. As datas comemoram, segundo o decreto, a primeira o:

Governo republicano instituído em 1817 por André de Albuquerque, o legendário patriota norte-rio-grandense e glorioso mártir da Independência e da República, cujo heroísmo e cujas virtudes cívicas tão volumosa afluente representam para a imensa

<sup>10</sup> Como podemos observa no anexo B.

<sup>11</sup> WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 282.

caudal das aspirações republicanas que já de tão longe vinha trabalhando a geografia moral da comunhão brasileira.<sup>12</sup>

E a segunda, comemora a morte de Frei Miguelinho, considerado um dos “mais gloriosos precursores da obra ingente de 15 de novembro”.<sup>13</sup>

Nos primeiros sete anos do jornal *A República* não há, segundo Verbena Nidiane de Moura Ribeiro, nenhum artigo que faça alusão as datas que celebram os heróis potiguares<sup>14</sup>, por outro lado o 21 de abril, a data que celebra a memória do “herói nacional”, Tiradentes, aparece em cinco dos sete anos pesquisados, sendo descrito como um herói que “tentou plantar na sua pátria a verdadeira democracia! O sublime ideal de humanidade – um republicano puro”.<sup>15</sup>

A falta de referência aos “heróis potiguares” no jornal *A República*, nesse primeiro momento, provavelmente esteja associada às lutas políticas pelo poder local. O período entre novembro de 1889 e fevereiro de 1892 (eleição indireta de Pedro Velho para governador) foi de instabilidade política, de onze administrações no Rio Grande do Norte e é considerado por Janice Teodoro da Silva<sup>16</sup> como um período “das oposições significativas”, que seria o período da luta entre partidários da descentralização oligárquica e os defensores da centralização. Porém, para Spinelli Lindoso, o período do governo de Pedro Velho (1892-1896) é que “foi um período crítico, de luta pelo controle do aparelho do Estado [...] envolvendo um confronto direto e cruento”.<sup>17</sup>

Então, enquanto Pedro Velho e os seus partidários estavam envolvidos com as batalhas políticas para firmar a sua oligarquia, não desenvolveram os métodos específicos para legitimar o novo regime no Rio Grande do Norte, incorporando, portanto, os discursos legitimadores nacionais.

Passados esses momentos de instabilidade política e estando a oligarquia Albuquerque Maranhão consolidada, organiza-se o discurso para construir os heróis republicanos potiguares, objetivando levar o povo a identificar-se com a ordem institucional estabelecida. Pois, para que haja a manutenção de determinado poder político supõe-se uma certa forma de

<sup>12</sup> DECRETO do governo do estado do Rio Grande do Norte, 1ª parte 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891, 2ª parte 17 de dezembro de 1891 a 3 de dezembro de 1895. Natal: Typ da Renaud, 1896. p. 72-74.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> RIBEIRO, Verbena Nidiane de. *Datas comemorativas e imprensa: a construção de uma memória republicana no Rio Grande do Norte (1890-1896)*. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal. p. 21.

<sup>15</sup> “21 de abril”. *A República*, 23/abr/1892.

<sup>16</sup> SILVA, Janice Teodoro da. *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. p.25-27.

<sup>17</sup> LINDOSO, José A. Spinelli. *Da Oligarquia Maranhão à Política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha Republica*. Natal: CCHLA/UFRN, 2002. p. 24.

engajamento ou de participação popular, um mínimo de disponibilidade, de confiança, de respeito e de obediência voluntária daqueles que estão submetidos a esse poder, uma vez que “em nenhuma sociedade política o poder poderia ser definido como uma entidade abstrata, um princípio conceitual que depende apenas da exclusiva formulação jurídica”.<sup>18</sup>

Nos anos de 1897 e 1898, *A República* publicou artigos celebrando o 19 de março e o 12 de junho (Anexo A), que traziam a idéia do mito de origem do regime republicano no Rio Grande do Norte, construído em oposição às forças das Monarquias:

Comemorando esta gloriosa data republicana, que tão patrioticamente repercute no coração norte-rio-grandense, revivendo-lhe a lembrança de André de Albuquerque, um dos mais proeminentes heróis de 17, vitimados á sombra do despotismo bragantino – vimos render a homenagem de nosso inolvidável reconhecimento e respeitosa admiração ao benemérito precursor da implantação do regime republicano em nosso estado.<sup>19</sup>

A idéia de que o regime republicano tem origens no passado glorioso, faz com que as instituições do novo regime sejam reconhecidas como uma evidência factual e natural, escapando de todo questionamento. E esse passado é descrito como tendo sido glorioso e que portanto deveria ser honrado pelos norte-rio-grandenses herdeiros dessa história de luta, como podemos observar no trecho a seguir:

Salve! Mocidade briosa, herdeira de tradições gloriosíssimas, que vieste comungar no altar da pátria agradecida, a hóstia santa do devotamento exemplar. Em vós o Brasil confia, porque sois jovens e vos torneis depositários insuspeitáveis do precioso legado que ele, de boa vontade, vos transmite [...] Procedei sempre deste modo, honrando as nossas tradições, as lutas dos nossos conterrâneos ilustres, e tereis sobejamente cumprido os vossos deveres.<sup>20</sup>

Todo regime político fabrica seu panteão de heróis, pois eles são figuras indispensáveis para a legitimação dos poderes instituídos, por serem “símbolos poderosos, encarnação de idéias e aspirações, ponto de referência, fulcros de identificação coletiva”.<sup>21</sup>

A construção dos heróis não deixa de se enraizar em uma certa forma de realidade histórica. Portanto, alguns candidatos à herói reúnem em torno de si determinadas condições históricas favoráveis ao processo de mitificação que ocorre com a atribuição de valores

<sup>18</sup> GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*, p. 89-96.

<sup>19</sup> 19 de março. *A República*, 19/03/1897.

<sup>20</sup> Conferência – realizada no Natal-Club pelo Dr. Honório Carrilho, a convite da sociedade literária Frei Miguelinho, por ocasião da comemoração do 95º aniversário do “glorioso martírio do Patriota norte-Riograndense”. *A República*, 15/06/1912.

<sup>21</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p. 55.

coletivos ao personagem histórico. No caso do herói nacional, Tiradentes, dentre os fatores que teriam beneficiado o sucesso da sua heroificação estava, segundo José Murilo de Carvalho, o fato de que Tiradentes era o herói de uma região que correspondia ao centro político do país na segunda metade do século XIX e participou de um movimento que não chegou a se concretizar, tendo, portanto, a sua imagem desvinculada de ações violentas.<sup>22</sup>

As publicações do jornal *A República* entre os anos de 1897 e 1920, que tivemos acesso para realizar a nossa pesquisa, revelam que foi, especialmente, Frei Miguelinho que atendeu as estratégias mitificadoras dos republicanos potiguares, pois depois de 1898 não encontramos nenhuma alusão à data que rememora o governo de André de Albuquerque Maranhão (Anexo A).

O fato de Frei Miguelinho ser um religioso garantia-lhe maiores possibilidades de sucesso no imaginário da sociedade potiguar que era marcada pelo sentimento de religiosidade cristã. E apelando para esse sentimento, os artigos do jornal *A República* veiculavam a imagem de Frei Miguelinho aos ideais e práticas religiosas:

Enquanto o seu companheiro de infortúnio, dr, José Luiz de Mendonça, com ele [Frei Miguelinho] sacrificado, e com Domingos Martins declamava contra a iníqua sentença, Miguelinho, olhado-o enternecidamente, diz-lhe generoso e sublime: “Querido amigo, façamos e digamos unicamente aquilo para que temos tempo”. E, assim dizendo, ajoelha-se diante do crucifixo e repete, alternando com Mendonça, até serem fuzilados: “Misere mei Deus, secundsun magnam misericórdiam tuam...”<sup>23</sup>

Em torno do mito combina-se vários sistemas de imagens ou de representações, constituindo-se “como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm a embaralha-se [...] as aspirações e as exigências mais diversas”<sup>24</sup>. E em Frei Miguelinho é sintetizado não só a imagem do “apóstolo da religião de Cristo”<sup>25</sup>, mas também a figura de um herói revolucionário e administrador, assim como expressa o trecho abaixo:

[...] os acontecimentos de então [relacionados ao movimento de 1817] foram preparados e dirigidos por ele [Frei Miguelinho] e que, no cargo de secretário do governo provisório, agiu por tal maneira que nada se executou na República, nem de grande, nem de pequeno, que não fosse devido á sua ação [...] <sup>26</sup>

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, p. 68.

<sup>23</sup> 12 de junho. *A República*, 12/06/1918.

<sup>24</sup> GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*, p. 73.

<sup>25</sup> Frei Miguelinho. *A República*, 13/06/1897.

<sup>26</sup> Frei Miguelinho. *A Republica*, 17/06/1912.

Frei Miguelinho é considerado tão digno quanto qualquer um dos “evangelizadores do bem”<sup>27</sup>, ou seja, ele é equiparado a outros personagens mitificados, como por exemplo, a Tiradentes. E os valores responsáveis pela dignidade do herói potiguar, são construídos a partir dos valores da sociedade norte-rio-grandense do início do século XX, conforme verificamos no trecho desse artigo:

Dizei-me se já houve, na história da humanidade, quem excedesse em desprendimento, em ardor patriótico, em coragem pessoal, em amor dos homens, em virtude domésticas e sociais, ao nosso glorioso conterrâneo, [Frei Miguelinho].<sup>28</sup>

Então, o herói Miguelinho, ao mesmo tempo em que incorpora os valores que lhes são impostos pela sociedade que o produziu, inspira para essa sociedade os modelos de comportamento que devem ser incorporados pelo cidadão republicano. E dentre esses valores, o patriotismo é o que mais freqüentemente aparece associado a sua imagem, como podemos perceber no texto a seguir, publicado n’ *A República* em 1918:

O stóico patriota há de, em todos os tempos, fazer vibrar o coração norte-rio-grandense pelo exemplo que deu de seu desprendimento, sacrificando os bens mais caros de sua existência em prol do ideal republicano [...] <sup>29</sup>.

A República do final do século XIX teria sido, segundo os artigos, resultado das lutas de um passado glorioso que mesmo interrompido pela violência dos Bragança, não deixara de fecundar o regime da liberdade. “Por essa forma findou-se aquele [Frei Miguelinho] que tivera a ousadia de aspirar para a sua pátria a liberdade, cuja semente, regada então com o sangue dos heróis e mártires, medrou, viçou, floresceu maravilhosamente anos depois.”<sup>30</sup>

A história desse passado potiguar, de lutas gloriosas e de heróis não poderia ser esquecida pelas futuras gerações e a mulher, que na prática social era a educadora, teria um papel fundamental na conservação dessa memória, como expressou o Dr. Honório Carrilho na conferência realizada por ele para a sociedade literária “Frei Miguelinho” em 1912:

E agora, principalmente, ao raiar deste século, em que conquistareis – tudo o indica – a vossa completa emancipação, agora que participais nos países civilizados, de toda a nossa vida entretecida de alegrias e dissabores, – eu vos suplico [às mulheres] conservai em vossa memória. Para que melhormente se transmitam às gerações

<sup>27</sup> Frei Miguelinho. *A República*, 15/06/1912.

<sup>28</sup> Frei Miguelinho. *A República*, 17/06/1912.

<sup>29</sup> Frei Miguelinho. *A República*, 18/06/1918.

<sup>30</sup> 12 de junho. *A República*, 12/06/1918.

porvindouras, os feitos do Herói Potiguar, pois é certo que eles colherão assim uma nova e mais fulgente consagração, santificada pela ternura das mulher.<sup>31</sup>

O herói Frei Miguelinho que não poderia ser esquecido pelas futuras gerações foi definido a partir de um conjunto de valores sociais que lhes foram atribuídos. E, ao tomar forma de herói no imaginário social Frei Miguelinho, passou a representar um tipo de república a ser construída em que os potiguares honrando o seu “conterrâneo mais digno e abnegado”<sup>32</sup>, deveria á seu exemplo sacrificar-se pelos ideais republicanos.

Nos artigos, os ideais republicanos têm por base “o lema da liberdade, igualdade e fraternidade [que] representa a mais sublime aspiração de um povo.”<sup>33</sup> Entretanto, em oposição aos discursos políticos construídos em torno desses ideais estavam as práticas políticas da oligarquia Albuquerque Maranhão que foi marcada pela “coerção, desigualdade e filhotismo”, como bem caracterizou Almir Bueno no quinto capítulo de seu livro, *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Portanto, o herói construído servia aos interesses da elite política potiguar, na medida em que velava a verdadeira realidade de exploração social.

Nos capítulos seguintes analisaremos como a implantação da república no Rio Grande do Norte foi interpretada tanto pelos autores clássicos como por pesquisadores universitários, bem como verificaremos a repercussão do mito do herói e da invenção de um passado republicano potiguar nas obras desses autores.

---

<sup>31</sup> Frei Miguelinho. *A República*, 15/06/1912.

<sup>32</sup> 12 de junho. *A República*, 12/06/1918.

<sup>33</sup> Frei Miguelinho. *A República*, 17/06/1912.



## 2 A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIO-GRANDENSE E A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO REPUBLICANO.

A geração fundadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) teve como objetivo, em 1838, esboçar uma história nacional, garantindo ao Brasil independente uma identidade que representasse uma continuidade da civilização europeia nos trópicos. Os membros do Instituto tomaram como paradigma para a construção da nação brasileira o modelo político, religioso e racial europeu, estando, excluídos desse ideal de nação os índios, os negros e suas crenças e sendo também desqualificadas as repúblicas latino-americanas, pois não seriam portadoras do ideal de civilização e progresso que seria próprio das nações monárquicas.<sup>34</sup>

As províncias são abordadas, por essa escrita da história nacional, a partir dos temas que estudam os aspectos geográficos e a capacidade econômica de cada região. É, pois, “privilegiada a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades – descartando com isso a polêmica do regionalismo, mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional”.<sup>35</sup>

O Estatuto do IHGB, aprovado em 1838, incentivava a criação de institutos históricos provinciais que organizassem as informações sobre as diversas regiões do Brasil e as enviassem para o Rio de Janeiro<sup>36</sup>. Entretanto, isso só se concretizaria depois da implantação do regime republicano, quando as especificidades de cada Estado passariam a ser considerada base para a formação de uma história nacional.

O federalismo implantado no Brasil, após a proclamação da República, trouxe novas perspectivas para a historiografia do IHGB. As histórias estaduais ganharam vigor, em decorrência da importância dada às unidades da federação. Francisco Iglésias destaca, como representantes da nova tendência que a escrita da história nacional assume, os historiadores Oliveira Lima e Diogo Vasconcelos com suas respectivas obras: *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, de 1895, e *História Antiga e História Média de Minas Gerais*, publicada entre 1904 e 1918.<sup>37</sup>

<sup>34</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nações e civilizações nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos: caminho da historiografia*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1988. p. 6-7.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>37</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulo de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 97.

A iniciativa norte-rio-grandense de desenvolver sua historiografia, através de algumas publicações, já era verificável no séc XIX<sup>38</sup>, entretanto isso não foi determinante para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tendo sido a “questão de Grossos”<sup>39</sup>, o principal impulso dado aos intelectuais potiguares para agirem no sentido de fundar, em 1902, uma instituição destinada aos estudos geográficos e históricos do estado.

O IHGRN passou a ser o referencial para a produção historiográfica do estado, tanto por estabelecer um modelo de escrita da história em que predominava uma narrativa linear ou a simples transcrição de documentos, como também por sua política de coletar e arquivar documentos e bibliografias históricas, que lançou as condições materiais para o desenvolvimento da pesquisa histórica no Rio Grande do Norte. Essa política esteve entre as principais diretrizes determinadas pelo estatuto da instituição aprovado em 25 de maio de 1902:

O Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertence a história, geographia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e à língua de seus indígenas, desde a epocha do desconhecimento do Brasil.<sup>40</sup>

Outra característica da produção realizada no âmbito dos Institutos era o culto aos “heróis” da pátria e aos “grandes personagens” históricos. Karla Menezes destaca textos da revista do IHGRN e faz referência aos discursos dos intelectuais que evidenciam o esforço da instituição em promover a herói Frei Miguelinho que teria sido o grande mártir norte-rio-grandense da revolução republicana de 1817 em Pernambuco.<sup>41</sup>

Com a consolidação do novo regime, os institutos passaram a construir um passado republicano que teria marcado a história nacional, desde a época colonial, retomando os principais movimentos emancipacionistas para evidenciar o caráter republicano do brasileiro. A Conjuração Mineira, o Movimento Baiano de 1798 e a Revolução de 1817 foram incorporadas ao calendário cívico e passaram a serem celebradas pelas revistas dos Institutos.

Marcone Silva da Costa estudou como o movimento emancipacionista pernambucano de 1817 foi reconstituído, nas obras de Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo e

<sup>38</sup> MENEZES, Karla. O Instituto Histórico. Natal e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. *Caderno de História*. Natal: Ed. UFRN, v. 3/ 4, n. 2/ 1, p. 41-57, jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997. p. 41.

<sup>39</sup> Um processo litigioso em que o Ceará reclamava ao Rio Grande do norte a posse da região de Grossos, no litoral norte do estado.

<sup>40</sup> MENEZES, Karla. Op. cit., p. 42.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 54-55.

conclui, em sua monografia *O movimento de 1817 na historiografia clássica norte-rio-grandense*<sup>42</sup> que essas obras produzidas na perspectiva teórico-metodológica do Instituto Histórico estavam comprometidas com a construção de uma identidade norte-rio-grandense.

A tríade tradicional das histórias do Rio Grande do Norte desses autores será objeto de nosso estudo, nesse capítulo, bem como a *História da República no Rio Grande do Norte* de Câmara Cascudo. Tentaremos perceber nessas obras como o movimento de 1817 foi associado ao republicanismo potiguar do final do século XIX.

## 2.1 Rocha Pombo

No ano das comemorações do centenário da independência, Rocha Pombo publicou a sua *História do Estado do Rio Grande do Norte*. A importância dessa obra, para o autor, estava em contribuir para a escrita de uma história nacional que seria a síntese da vida de todos os estados. Então, para que o Brasil concluísse o registro de sua história era preciso que cada unidade da federação tivesse suas especificidades registradas, potencializando o sentimento regionalista do povo que nada mais era do que uma forma de culto à pátria.<sup>43</sup>

Rocha Pombo dedica o capítulo vigésimo oitavo para narrar os diversos aspectos da proclamação da república. O capítulo inicia tentando estabelecer uma tradição republicana no Rio Grande do Norte e segue destacando as ações políticas e administrativas de Pedro Velho e seus partidários que teriam feito reviver os valores liberais de 1817 e 1824. O autor continua sua narrativa descrevendo as gestões dos governadores, concluindo com a segunda administração de Ferreira Chaves em 1920.

O passado republicano em terras potiguares poderia, segundo Rocha Pombo, ser localizado mesmo antes da independência e a prova dessa tradição seria a participação dos norte-rio-grandenses no movimento de 1817:

Como em todas as antigas províncias andava no Rio Grande do Norte, mais que latente no espírito da população, desde antes da independência a idéia republicana. A revolução de 1817 mostra irrecusavelmente que contra as iniquidades e humilhação do regime colonial havia na terra, contendo-se no fundo dos corações, um pensamento de protesto que só esperava o ensejo de explodir.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> COSTA, Marcone Silva da. *O movimento de 1817 na historiografia clássica norte-rio-grandense*. 1999. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

<sup>43</sup> POMBO, Rocha. *História do Estado Rio Grande do Norte*. Rio Janeiro: Ed. Anuários do Brasil, 1922. p. 8.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 455.

Os valores liberais estavam tão enraizados na alma do povo que mesmo a repressão comandada pela monarquia não tirava do coração das pessoas os valorosos ideais republicanos que eram passados de geração em geração, mediante a “quase religiosa veneração com que se cultivava sempre ali a tradição dos heróis sacrificados, André de Albuquerque, Frei Miguelinho e outros”.<sup>45</sup>

No capítulo em que o autor trata da revolução de 1817 no Rio Grande do Norte, André de Albuquerque Maranhão é exaltado como “o único mártir das idéias republicanas ali”<sup>46</sup>, sendo atribuído ao seu caráter qualidades coletivamente valorizadas que o realçariam como herói: “Ressaltavam-lhe no caráter [o de André de Albuquerque] a franqueza, a sinceridade, sentimento de justiça e o instinto liberal”.<sup>47</sup>

Conforme Rocha Pombo, a consciência republicana que viera desde os tempos coloniais só não entusiasmava políticos e funcionários que tinham seus cargos garantidos pelo regime imperial, mas impulsionava, mesmo depois da normalização da política imperial, tanto os estudantes e os espíritos mais cultos, como todas as almas a desejarem um novo regime que trouxesse a esperança de novos dias. O fortalecimento dessa tradição republicana teria se dado após a vitória dos abolicionistas, pois tal vitória serviu para encorajar os líderes dos movimentos políticos a lutarem pelo novo regime e a reestruturar as “tendências e as aspirações republicanas que andavam dispersas”.<sup>48</sup>

O grande entusiasta do republicanismo potiguar no final do século XIX ressaltado por Rocha Pombo é Pedro Velho que, através de sua liderança, teria levado a população norte-riograndense a reviver os tradicionais valores liberais e republicanos que tinham sido deixados pelo sangue dos heróis de 1817.<sup>49</sup>

Na obra de Rocha Pombo, a legitimidade do novo regime e das práticas de seus líderes apóiam-se na antiguidade do sentimento republicano cultivado pelo povo que imortalizou Frei Miguelinho e André Albuquerque Maranhão em um panteão de heróis.

## 2.2 Augusto Tavares de Lira

*A História do Rio Grande do Norte* de Tavares de Lira, publicada no Rio de Janeiro em 1921, foi referência para a obra de Rocha Pombo, conforme podemos observar na *História*

<sup>45</sup> POMBO, Rocha. *História do Estado Rio Grande do Norte*, p. 455.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 258.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 238.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 456.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.456-457.

do *Estado do Rio Grande do Norte* na qual há alusões à obra de Tavares de Lira<sup>50</sup>. E ao destinar uma carta em agradecimento ao autor da *História do Rio Grande do Norte* que lhe enviara um exemplar, Rocha Pombo deixa explícito que “aproveitar [á] os mananciais” do livro de Tavares de Lira “para integrar o contexto do [seu] humilde trabalho”.<sup>51</sup>

A primeira parte do capítulo *Período Republicano – até a Organização do Estado* e o capítulo em que Tavares de Lira trata do movimento republicano de 1817 – *Primeiros Anos do Século XIX*, são os que particularmente nos interessam, pois neles o autor estabelece a relação entre o movimento de 1817 e o republicanismo do final do século XIX.

Para caracterizar a reunião de fundação do partido republicano, Tavares de Lira fez uso de um trecho da própria ata de fundação em que o evento é descrito como “a primeira reunião do partido republicano nessa província, após os movimentos revolucionários tragicamente afogados no sangue dos patriotas de 1817 e 1824”<sup>52</sup>. Nesse trecho, selecionado pelo autor, há uma forte carga simbólica, em que ele reforça a idéia de que existia uma continuidade histórica entre o movimento de 1817 e a república do final do século XIX. Segundo Tavares de Lira a violência usada para reprimir o movimento de 1817 e a execução do seu líder local, André de Albuquerque, não teriam sido suficiente para fazer esquecer os ideais republicanos, mas “foi justamente em seguida ao seu esmagamento [ao de André de Albuquerque] que se começaram a definir na capitania as correntes políticas que mais tarde, depois da Independência teriam de perturbar por tanto tempo a vida do país”.<sup>53</sup>

Na seleção de alguns trechos do manifesto republicano dirigido por Pedro Velho ao povo potiguar, Tavares de Lira destaca algumas passagens em que o líder anti-monarquista lembra ao povo que “as tradições republicanas do Rio Grande do Norte foram escritas com sangue e não podem achar-se obliteradas”<sup>54</sup>. E o autor segue argumentando que a monarquia no Brasil não tinha raízes sólidas por isso não poderia ter subsistido.

É evidente no texto em análise que há uma tentativa de evocar um passado de lutas republicanas e em negar qualquer tradição monárquica no território brasileiro em uma estratégia de conferir legitimidade ao novo regime e as ações de seus líderes.

Na narrativa de Tavares Lira, esse passado republicano não é cultivado pelo povo, conforme aludiu Rocha Pombo, mas é relembrado ao povo, através do manifesto de Pedro

<sup>50</sup> No capítulo 19 (A Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte), do livro de Rocha Pombo há cinco notas de rodapé que fazem referência ao livro de Tavares de Lira.

<sup>51</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982. p. 8-9.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 253.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 204.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 253.

Velho. À população escaparia as suas raízes republicanas, que foram formadas pelos grupos de elite dentro das sociedades secretas<sup>55</sup>, mas as correntes republicanas arrastariam consigo as adesões sinceras dos potiguares<sup>56</sup>, levando-os à participarem da Proclamação da República.<sup>57</sup>

Enquanto em Rocha Pombo o povo era impulsionado, juntamente com os homens cultos, por uma consciência republicana herdada do sangue dos mártires, em Tavares de Lira esse povo não dominava as dimensões dos valores liberais e era, simplesmente, levado por uma correnteza que tinha a sua intensidade determinada pela elite política.

Outro aspecto em que Tavares de Lira diverge de Rocha Pombo, é quanto ao caráter heróico que o último autor atribui aos potiguares que participaram do movimento pernambucano de 1817. Na *História do Rio Grande do Norte*, Frei Miguelinho não terá méritos associados a sua imagem, já André de Albuquerque é descrito como a figura máxima da história norte-rio-grandense “que encarnou a república nos dias de triunfo e aureolado pelo martírio, com ela sucumbiu na hora do desastre”.<sup>58</sup>

Embora tenha sido reconhecido como mártir dos princípios liberais, André de Albuquerque não assume o caráter de herói na obra de Tavares de Lira, pois no processo de construção do mito deve ser atribuído à figura do herói um “tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”<sup>59</sup>. Ao herói fabricado não é suficiente apenas o martírio, mas ele deve incorporar características que representem os desejos da coletividade e sejam referenciais para a formação da identidade do povo.

o André de Albuquerque tem agregado ao seu caráter, por Tavares de Lira, características e ações depreciativas que lhes retiram as credenciais de herói, tais como:

[...] André de Albuquerque, com comprovadas qualidades de comando no terreno da ação, era absolutamente inapto para executar uma grande obra de construção política. Senhor da capitania não soube afirmar a sua personalidade como homem de governo [...] revelou em tudo a maior incapacidade dirigente, desde a desastrosa escolha dos seus companheiros de junta revolucionária, às mãos dos quais teria de sucumbir e ludibriado, até ao licenciamento das forças de que era comandante [...].<sup>60</sup>

O passado republicano inventado por Tavares de Lira tem como personagem central André Albuquerque Maranhão, pois o sangue desse patriota teria fecundado a árvore da

<sup>55</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 171.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 257.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 261.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 204.

<sup>59</sup> CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*, p. 55.

<sup>60</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *Op. cit.*, p. 182.

liberdade que daria frutos em 1889. Entretanto o protagonista dessa história não foi consagrado como herói, uma vez que “dele se não registra lances de heroísmo e de intensidade dramática”.<sup>61</sup>

### 2.3 Luís da Câmara Cascudo

*A História da República no Rio Grande do Norte*, escrita por Câmara Cascudo em 1931 e só publicada em 1965, é uma obra que tem como principal fonte as recordações dos amigos do seu pai e seus que participaram dos eventos políticos no início do novo regime. Segundo o autor, a obra alcançaria um “milagre” que nenhum jornal ou livro de história política poderia realizar, uma vez que as evocações das testemunhas oculares teriam o poder de ressuscitar o ambiente das batalhas eleitorais e todos os pormenores da vida política no Rio Grande do Norte no final do século XIX, sendo, portanto uma “historia real” da política potiguar<sup>62</sup>. Já a sua *História do Rio Grande do Norte*, de 1955, é um trabalho que resultou de pesquisas em arquivos e tem como objetivo, exclusivamente narrar os episódios ocorridos sem “tentar explicá-los através de uma mentalidade pessoal”.<sup>63</sup>

Cascudo, a exemplo de Tavares de Lira e Rocha Pombo, associou o movimento de 1817 ao anti-monarquismo do final do século XIX, tanto é que ele conferiu à participação do Dr. João das Estivas, sobrinho-neto de André de Albuquerque Maranhão, na reunião de fundação do partido republicano potiguar, em janeiro de 1889, o significado simbólico de unir as lutas de 1817 à república de 1889:

Como era de esperar, o Doutor João das Estivas não abriu a boca nem estava no programa fala sua. Limitou-se ao papel catalítico que por si anunciava a união dos passados mártires de 1817 com os garantidos e tranqüilos republicanos de 1889. O sobrinho de André Albuquerque ligava simbolicamente as duas rebeldias [...].<sup>64</sup>

Entretanto, a construção do passado republicano nas obras que estudamos de Cascudo não se fixa no movimento de 1817, como nas obras dos outros autores que conceberam a adesão potiguar ao movimento pernambucano como a maior expressão da tradição

<sup>61</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 204.

<sup>62</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. do Val Ltda., 1965. p. 11-12.

<sup>63</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982. p. 136.

<sup>64</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. Op. cit., p. 43.

republicana no Rio Grande do Norte. Cascudo tentou dar visibilidade às outras manifestações anti-monarquistas que caracterizariam o passado republicano no estado:

A mais antiga manifestação de um grupo, declarada, clara, nitidamente de adesão republicana, é uma “saudação” enviado do Rio Grande do Norte, datada de 30 de novembro de 1871, proclamando a mais plena adesão às idéias republicanas ao clube republicano do Rio de Janeiro.<sup>65</sup>

O responsável pela elaboração desse manifesto de adesão republicana foi Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque<sup>66</sup> que, segundo Cascudo, teria sido o pioneiro da propaganda republicana na província e que, juntamente com o médico baiano radicado em Natal desde 1870, José Paulo Antunes, fundara o jornal anti-monarquista “A Voz do Povo” em 1875.<sup>67</sup>

Cascudo segue sua narrativa destacando as ações anti-monarquistas de outros líderes como Joaquim Fagundes e José Teófilo que fundaram, em 1874, o jornal republicano “O Echo Miguelinho” e de Janúncio da Nóbrega que criou o núcleo da propaganda republicana no Seridó<sup>68</sup>. Todas essas manifestações foram apresentadas desarticuladas na narrativa de Cascudo, mas revelando a força da tradição republicana que ia preparando os caminhos para a ação eficiente de João Avelino Pereira de Vasconcelos e de Pedro Velho que daria coesão ao movimento, resultando na fundação do partido republicano na província em janeiro de 1889.

Por compreender as revoluções como elementos que apressam inutilmente a maturação da nação, causando danos ao desenvolvimento do país, é que Câmara Cascudo procura dar significado a um outro passado republicano e destitui o movimento de 1817 de qualquer importância política e social, pois esse “foi a mais linda, inesquecível, arrebatadoras e inútil das revoluções”.<sup>69</sup>

Assim como Tavares de Lira que concebeu as elites como responsáveis pela formação dos ideais republicanos, Cascudo entendeu que as origens do movimento de 1817 no Rio Grande do Norte foram determinadas pelos “letrados, juizes, advogados, gente rica, cinquenta padres seculares e cinco frades”<sup>70</sup>. Estando o povo alheio a todo o processo revolucionário, ao contrário do que sugeriu Rocha Pombo, ao evidenciar um povo consciente de suas raízes republicanas e comprometido com essa tradição.

<sup>65</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 203.

<sup>66</sup> Pernambucano que viveu no Rio Grande do Norte entre os anos de 1859-1875 e exerceu os cargos de juiz municipal em Ceará Mirim e secretário de três presidentes provinciais.

<sup>67</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *Op. cit.*, p. 204-205.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 205.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 135.



O movimento de 1817 não tem, na obra de Cascudo, profundidade popular, tornando-se um terreno infértil para a fabricação de heróis. E aos líderes do movimento Cascudo não insiste em atribuir-lhe características que os levem a serem consagrados pelo povo como heróis.

Os três autores analisados têm suas produções identificadas com a matriz teórica e metodológica do Instituto Histórico e Geográfico. Eles privilegiaram a narrativa pura e simples dos fatos e reforçaram a idéia uma tradição republicana no Rio Grande do Norte. O núcleo desse passado republicano nas três obras foi o movimento pernambucano de 1817, mas Cascudo buscou evidenciar outros passados republicanos. E nas três obras, André de Albuquerque Maranhão foi reconhecido como mártir, sendo consagrado como herói apenas na narrativa de Rocha Pombo.

No próximo capítulo analisaremos como o movimento republicano no Rio Grande do Norte foi interpretado pelos pesquisadores universitários: Marlene Mariz, Almir Bueno e Spinelli Lindoso.

---

<sup>70</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 135.

### 3 A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE E A HISTOGRAFIA UNIVERSITÁRIA.

Depois de ter predominado durante todo o século XIX e ter se estendido até os anos 30 do século XX com uma relativa tranqüilidade, a história política factual, narrativa e que tendia a privilegiar o nacional e os grandes personagens<sup>71</sup> passou a ter sua hegemonia questionada por uma geração de historiadores franceses que defendiam, através da revista *Annales*, fundada em 1929, uma história total, onde o econômico e o social deveriam ocupar o lugar de destaque.

Os fundadores da chamada Escola dos Annales, Lucien Febvre e Marc Bloch, tinham como pressupostos que os estudos dos aspectos de longa duração, as estruturas econômicas e os movimentos sociais explicavam mais profundamente a realidade social e, portanto, criticavam a predominante história política por essa apresentar essencialmente uma “preocupação com os fatos únicos, o esmiuçamento do particular em detrimento da comparação e do geral, o caráter elitista de uma preocupação exclusiva com os grupos sociais dominantes”<sup>72</sup>, o que a impossibilitava de elaborar “hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica”.<sup>73</sup>

A emergência do marxismo, bem como a aceitação dos novos estudos históricos dos Annales no espaço acadêmico francês, marginalizou a história política que passou a ser reflexo da economia e foi destituída de sua dinâmica própria.

Entretanto, nos anos 70, o estudo da história política começou a conquistar novos espaços, num processo chamado por René Rémond de “renovação da história política” que, segundo o autor, teria sido possibilitada por dois fatores imbricados: as mudanças sociais como, por exemplo, as ingerências do Estado nas crises das economias liberais bem como o alargamento das funções sociais do Estado e os próprios desenvolvimentos da pesquisa histórica que foram incentivados pelas críticas direcionadas à história política tradicional e pela interdisciplinaridade que munuiu os estudos históricos de novos conceitos e técnicas de pesquisa, alargando, assim as abordagens da história política.<sup>74</sup>

<sup>71</sup> Foi esse modelo de história produzido pelos membros do IHGB e observado no capítulo anterior através das obras de Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo.

<sup>72</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n. 23/24, set.1991/ago.1992, p. 12.

<sup>73</sup> FERREIRA, Marieta de Moares. A nova “velha história”: O retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.10, 1992, p.266.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 266.

O resgate da história política tem se dado por meio dos estudos de novos temas como a participação dos vários sujeitos sociais na vida política eleitoral<sup>75</sup> superando, desse modo, as críticas dos Annales, que qualificavam a história política de elitista, por entender que essa tinha uma preocupação exclusiva com os grupos sociais dominantes. Outros estudos que vêm sendo realizados no campo do político e respondem às críticas braudelianas de que o político é como uma “espuma” de importância secundária no “oceano das estruturas e processos de longa duração”<sup>76</sup> são as novas abordagens da história cultural que tratam da formação das idéias políticas e das ideologias, bem como os estudos do imaginário político que enfatizam a importância dos mitos e mitologias políticas<sup>77</sup> para entender as representações que determinadas idéias possam ter na sociedade.

E aos novos temas estudados pela história política correspondem novas metodologias de pesquisa, pois em vez das grandes obras de renomados filósofos e teóricos privilegiados pela história tradicional, passou-se a valorizar os “pensadores ‘secundários’, jornalistas notórios, romancistas de grande tiragens, todos os tipos de autores outrora indignos do panteão do pensamento político tornam-se interessantes, devido exatamente ao seu sucesso, ao seu caráter de representatividade”<sup>78</sup>, desse modo o estudo do político se voltou para a sua própria circulação na sociedade na medida em que se passou a estudar os aspectos do político a partir da realidade que os produziram.

As novas abordagens da história política nos evidenciam que os estudos do político não têm fronteiras delimitadas, pois “ora ele [o político] se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorve a esfera do privado [...] ora ele se retrai ao extremo”<sup>79</sup>, sendo portanto infrutífero tentar definir o político pelas questões que ele aborda. Então, o caminho para tal definição, segundo Rémond, seria tratar como político os aspectos sociais que assumem “uma relação direta com o Estado e a sociedade global, [entretanto] ele [o político] se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político”.<sup>80</sup>

<sup>75</sup> Ver o livro *Por uma História Política* em que René Rémond reuniu textos de especialistas que tratam dos diversos temas sobre o político.

<sup>76</sup> BORGES, Vavy P. *História e política*, p. 12.

<sup>77</sup> Sobre esses estudos ver o livro *Mitos e Mitologias Políticas* de Raul Girardet.

<sup>78</sup> WINOCK, Michel. *As idéias políticas*, p. 281.

<sup>79</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*, p. 442. Essas oscilações no campo de abordagem da história política são reflexo das conjunturas sociais, por exemplo, quando a economia liberal entra em crise e os Estados tendem a intervir nas relações sociais e econômicas, tende a ampliar-se, desse modo o estudo do político.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 444.

Segundo Vavy Pacheco Borges, a noção do político se amplia graças à interdisciplinaridade francesa:

É à intensa e tradicional interdisciplinaridade francesa que devemos atribuir o alargamento do campo da história, no qual “rejuvenesce” a história política.[...] A psicologia social, a ciência política, a lingüística e a filosofia política são as influências que levam a história política a se tornar uma autêntica história do político [...] <sup>81</sup>

Essas novas tendências da história política são assumidas pela historiografia brasileira, a partir de 1970, pois, conforme Francisco Falcon, embora já existissem tensões entre as abordagens renovadoras e tradicionais anteriores a essa data, o que predominava era uma história política de cunho tradicional. <sup>82</sup>

Francisco Falcon apontará as especificidades sociais e políticas do Brasil que justificariam a incorporação de novos temas políticos pela historiografia brasileira, deixando evidente que qualquer influência exógena não foi direta e imediata, mas esteve condicionada à realidade nacional. Segundo o autor, as progressivas contestações de historiadores e outros intelectuais à história tradicional apoiada ostensivamente pelos governos militares e a institucionalização do ensino e da pesquisa nas universidades com a implantação dos programas de pós-graduação levaram ao florescimento de novos temas e métodos de pesquisa. <sup>83</sup>

Assim como Francisco Falcon, Vavy Pacheco Borges data a nossa renovação historiográfica a partir da década de 70. E refere-se ao marxismo, que foi importante para pensar o fato político associado aos outros aspectos sociais, e à terceira geração dos *Annales* que possibilitou por meio da interdisciplinaridade o retorno da história política, <sup>84</sup> como as grandes influências sofridas por nossa produção historiográfica. <sup>85</sup>

Diante desse novo quadro da história política, impõem-se a necessidade de entendermos que mudanças interpretativas sofreram os estudos sobre a implantação da república no Rio Grande do Norte e para isso analisaremos as produções dos seguintes

<sup>81</sup> BORGES, Vavy P. *História e política*, p. 16.

<sup>82</sup> FALCON, Francisco. *História das idéias*. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 81-82.

<sup>83</sup> *Ibid.* p. 81-82.

<sup>84</sup> Ver sobre o retorno da história política: JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos, novas abordagens, novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 182-193.

<sup>85</sup> BORGES, Vavy P. *Op. cit.*, p. 14.

professores universitários: Marlene da Silva Mariz, José Antônio Spinelli Lindoso e Almir de Carvalho Bueno.

### 3.1 Marlene da Silva Mariz<sup>86</sup>

Dentre a produção de Marlene Mariz, selecionamos seu artigo – *A instauração do Regime Republicano no Rio Grande do Norte e os grupos políticos partidários do período – 1889/1930*, para estudarmos como a autora compreendeu a implantação do governo republicano no Rio Grande do Norte.

A instauração do novo regime no Rio Grande do Norte é interpretada por Marlene Mariz como um grande acontecimento que trouxe profundas transformações no quadro político potiguar, no que se refere às lideranças que atuavam no governo monárquico, uma vez que o partido republicano, que teria sido formado por uma elite ligada à classe média urbana e vinculada por laços de parentesco ao líder republicano potiguar, Pedro Velho, apresentava um conteúdo programático de governo, ao contrário dos grupos monárquicos que tinham como único objetivo chegar ao poder.<sup>87</sup>

Entretanto a autora não faz uma análise do que consistiria esse conteúdo programático do novo partido, seguindo a sua narrativa com a preocupação em estabelecer as causas que teriam viabilizado a fundação do partido e implantação da República.<sup>88</sup>

A fragilidade e a falta de coesão dos partidos monárquicos que se apresentavam divididos internamente e a simpatia que a elite potiguar nutria, desde 1817, em relação às causas republicanas teriam favorecido a implantação do novo regime.

A concepção de que o sentimento republicano era antigo entre a elite potiguar, presente na obra de Marlene Mariz, reforça a construção de um passado republicano em terras norte-rio-grandenses, dada pelos republicanos do final do século XIX e incorporada nos textos de Tavares de Lira e Câmara Cascudo:

A idéia republicana já era simpática e difundida no Estado, antes mesmo da criação do Partido Republicano Estadual, mas apenas pela camada mais elitizada da população,

---

<sup>86</sup> Marlene da Silva Mariz fez seu mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco em 1982 e foi professora do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>87</sup> MARIZ, Marlene da Silva. *A instauração do regime republicano no Rio Grande do Norte e os grupos políticos partidários do período – 1889/1930*. *Revista de História*. Natal: Ed.UFRN, v.1, n. 1, 1987. p. 57.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 49.

tal qual ocorrera antes, no movimento republicano de 1817, quando a população não teve grande participação e nem mesmo se entusiasmou.<sup>89</sup>

A idéia da república como um grande evento e da existência de uma tradição republicana entre a elite potiguar são elementos legitimadores do novo regime que encontramos no texto de Marlene Mariz. Entretanto, ao contrário dos autores clássicos analisados no capítulo anterior, a autora restringiu-se a apenas justificar a implantação da república no Rio Grande do Norte sem insistir em exaltar as ações do líder republicano, pois, mesmo a sua narrativa estando centrada na figura de Pedro Velho, ele não é descrito como o chefe fascinador que ninguém conseguia odiar<sup>90</sup>, mas como um estrategista político que “assume o controle do poder com pulso de ferro, impondo-se como chefe, e, distribuindo os cargos eletivos entre o seu grupo familiar e de interesse, instituindo e inaugurando um poder oligárquico, que vai caracterizar toda a Primeira República.”<sup>91</sup>

Se por um lado há os aspectos legitimadores na obra de Marlene Mariz que aproxima a sua produção dos modelos historiográficos tradicionais, por outro lado, encontramos interpretações que a distancia deles como por exemplo, o uso da máquina governista para beneficiar os interesses da família de Pedro Velho nos primeiros anos da república, favorecendo, desse modo, à consolidação da oligarquia Albuquerque Maranhão.

Entretanto as interpretações, no texto que estamos analisando, aparecem como exceção dentro de um estilo de escrita predominantemente narrativo. E as interpretações que são construídas pela autora não estabelecem relações entre os aspectos sociais, econômicos ou mesmo culturais, mas limitam-se as análises dos fatos políticos.

### 3.2 José Antônio Spinelli Lindoso

*Da Oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República* foi o texto que constituiu o primeiro capítulo da dissertação de mestrado do professor José Antônio Spinelli Lindoso, professor do departamento de Ciências Sociais da UFRN, apresentada à Unicamp em 1989, sendo publicado em brochura com pequenas modificações em 1992. Esse texto será objeto de nosso estudo, através do qual tentaremos perceber como Spinelli Lindoso entendeu o processo de implantação do Estado republicano no Rio Grande do Norte.

<sup>89</sup> MARIZ, Marlene da Silva. A instauração do regime republicano no Rio Grande do Norte e os grupos políticos partidários do período – 1889/1930, p. 49.

<sup>90</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 36-37.

<sup>91</sup> MARIZ, Marlene da Silva. Op. cit., p. 57.

Spinelli Lindoso propõe em seu trabalho uma análise sobre a implantação da república que ultrapasse o nível meramente narrativo em que estava focada a maioria das obras sobre história política local. Ao traçar um quadro sobre a historiografia política norte-rio-grandense, o autor reconhece a importância das obras de Câmara Cascudo e Tavares de Lira para os estudos da história do estado, mas define a abordagem desses clássicos como sendo “exclusivamente linear e empiricista, resvalando muitas vezes na crônica ou na memorialística e reservando pouco espaço ao esforço de explicação e compreensão teóricas”<sup>92</sup>. Seguindo nas considerações sobre a historiografia potiguar, Spinelli Lindoso destaca as contribuições que têm sido dada à produção histórica do Rio Grande do Norte por autores da década de 1980 que fazem uma abordagem econômica e lançam as condições teóricas para que se estabeleçam as relações entre história política e estruturas econômicas.

Em uma perspectiva diferente dos autores clássicos, Spinelli Lindoso apresenta a preocupação em conceituar o seu objeto de estudo, o estado oligárquico que marca a Primeira República. Entre as designações dadas a esse tipo de estado, o autor opta para trabalhar com a elaborada por Décio Saes.

Para Décio Saes, o conceito de Estado oligárquico elaborado por muitos autores, ao referirem-se à organização política do primeiro período republicano no Brasil, apresenta uma noção destituída de estatuto científico, pois tais autores não se orientaram pela problemática dos tipos de Estados correspondentes a diferentes tipos de relações de produção e usaram sem muito rigor em seus trabalhos a expressão corrente e “pré- teórica” de Estado Oligárquico.<sup>93</sup>

O modelo de Estado da Primeira República caracterizado por Décio Saes é o do Estado burguês que assume o caráter oligárquico e elitista, pois a formação desse estado, que ocorreu após a renovação política dos anos 1889-1891 (Abolição, Proclamação da República e Constituinte) foi dirigida pelas classes médias urbanas, processou-se no interior de uma sociedade marcada pelas relações de produção escravista<sup>94</sup>. Assim, os aspectos jurídico-políticos que caracterizaram o estado burguês e que foram condições prévias para a implantação do capitalismo nas décadas seguintes, como por exemplo: “o novo direito que declarava todos os homens sujeitos de direitos e capazes de praticar atos de vontades e de contratar”<sup>95</sup>, não foram incorporados de imediato pelas relações de trabalho no campo.

<sup>92</sup> LINDOSO, José A. Spinelli. *Da Oligarquia Maranhão à Política do Seridó*, p. 13.

<sup>93</sup> SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 350.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 350-351.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 349.

Ao eleger as definições de Décio Saes como norteadoras de sua análise, Spinelli Lindoso construiu seu trabalho estabelecendo relações entre os aspectos econômicos e políticos, atribuindo aos primeiros certa precedência.

A instalação da República correspondeu a uma maior autonomia da burguesia comercial e da classe dos grandes proprietários em relação ao governo federal no que se refere à condução dos aparelhos regionais do estado. A partir desse eixo Spinelli Lindoso pensará o que representou o movimento republicano no Rio Grande do Norte no momento da fundação do partido e o significado das ações de Pedro Velho.

A articulação do movimento republicano no Rio Grande do Norte teria se dado, conforme o texto que estamos analisando, dentro de uma tendência nacional em que as classes dominantes lutavam por mais espaço político através da defesa da federalização, após a abolição quando ocorria “o processo de reorganização burguês do aparelho do Estado”<sup>96</sup>. A autonomia que essa classe dominante lograria em seus estados com a federalização daria-lhe o controle da máquina administrativa que poderia ser usado em benefício de suas atividades produtoras. Então, são esses interesses que teriam motivado Pedro Velho, segundo Spinelli Lindoso, a fundar tardiamente o partido republicano, formado basicamente pela família Albuquerque Maranhão, apresentando-se fraco e pouco significativo quando o novo regime foi proclamado.<sup>97</sup>

Depois de 15 de novembro, “a trajetória de Pedro Velho e do partido republicano [...] traduziu um comprometimento cada vez mais íntimo com os interesses e a perspectiva das classes dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial”<sup>98</sup>. E para fundamentar essa afirmação, o autor destaca a exclusão dos republicanos “históricos” e a convocação dos membros monárquicos do partido liberal e conservador, feita por Pedro Velho, quando assumiu o governo provisório, para formação do secretariado. E, ainda, ressalta as alianças estabelecidas pelo líder republicano potiguar com os grandes coronéis do Seridó e Oeste do Estado. Outra aliança selada por Pedro Velho na esfera nacional foi com o partido republicano paulista que defendia a autonomia dos estados contra o centralismo militar.<sup>99</sup>

Pedro Velho foi o principal defensor do federalismo no Rio Grande do Norte e sob essa bandeira combateu a oposição de Amaro Cavalcante que representava a corrente centralizadora e industrialista no estado e dos republicanos marginalizados, consolidando sua

<sup>96</sup> SAES, Décio. apud LINDOSO, José A. Spinelli. *Da Oligarquia Maranhão à Política do Seridó* p. 16.

<sup>97</sup> LINDOSO, José A. Spinelli. *Ibid.*, p. 15-16.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 15.



oligarquia, segundo Spinelli Lindoso, durante os governos civis de Prudente de Moraes e Campos Sales que apoiaram as políticas do estado descentralizado.

Pensar a implantação da república a partir dos conflitos entre as facções da classe dominante regional para o controle da máquina administrativa do estado, contraria totalmente a idéia, defendida por Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo, de que a república era resultado do desejo natural do povo potiguar que tinha seu passado marcado por lutas republicanas. Essa idéia de uma tradição republicana no Rio Grande do Norte é completamente negada por Spinelli Lindoso, na medida em que ele considera como a primeira expressão significativa do republicanismo potiguar o Centro Republicano Seridoense fundado em 1886 por Janúncio da Nóbrega, sendo todas as manifestações republicanas, observadas durante o Segundo Reinado, isoladas e sem visibilidades.<sup>100</sup>

A preocupação em definir seus pressupostos teóricos e construir análises interpretativas em que o político está associado ao econômico e a história política regional relacionada à história nacional são elementos da obra de Spinelli Lindoso que contribuíram para a renovação da história política norte-rio-grandense que estava até, então, praticamente resumida as obras narrativas da tríade Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo. Essa renovação proporcionada pela obra de Spinelli Lindoso inspirou estudos sobre a transição da monarquia para a república como, por exemplo, a do professor Almir Bueno que encontrou nos estudos de Spinelli Lindoso “indicações a respeito da existência diferentes correntes politico-ideológicas no movimento republicano potiguar”<sup>101</sup> que serviu para desenvolver seu tema de pesquisa do doutorado.

### 3.3 Almir de Carvalho Bueno

Em *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*<sup>102</sup>, o professor Almir Bueno desenvolveu o estudo, como o próprio título do livro sugere, sobre as idéias e práticas dos grupos políticos e correntes de pensamentos existentes no Rio Grande do Norte na transição do Império para a República. O segundo e o terceiro capítulos desse livro é o objeto da nossa análise, pois neles foram analisados respectivamente a formação do movimento republicano no Rio Grande do Norte, bem como suas principais idéias e como teria se dado e o que representou o golpe republicano no Rio Grande do Norte.

<sup>100</sup> LINDOSO, José A. Spinelli. *Da Oligarquia Maranhão à Política do Seridó*, p.15.

<sup>101</sup> <[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)>, acessado em 11/09/2006.

O recorte cronológico da pesquisa é justificado pelo autor por ter sido na década de 1880 que o movimento abolicionista ganhou força, atraindo potiguares como Pedro Velho, João Avelino, Janúncio da Nóbrega, que teriam encontrado um espaço propício para o florescimento das questões republicanas das quais seriam futuros representantes, sendo, portanto, essa a razão do marco inicial da pesquisa. E a data que determina o período final da pesquisa estaria associada à consolidação da oligarquia Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte que, para Almir Bueno teria se dado no mesmo período definido por Spinelli Lindoso, após o governo de Pedro Velho (1892-1895), com a eleição de Ferreira Chaves representante dos interesses da família Albuquerque Maranhão.<sup>103</sup>

A proposta de estudar as idéias políticas no Rio Grande do Norte no final do século XIX exigiu uma nova metodologia de pesquisa, pois o professor Almir Bueno só identificaria tais idéias através da análise dos discursos políticos dos personagens que participaram ativamente da construção do novo regime. E para auxiliar a sua interpretação do pensamento presente nesses discursos políticos, Almir Bueno recorreu a autores como Pierre Rosanvallon que propôs uma história *conceitual do político* o que significa interpretar os conceitos que permeiam a esfera do político a partir das práticas cotidianas que os produziram e, ainda, os textos de René Rémond e outros que lhe forneceram um quadro geral sobre as atuais discussões referentes às questões do político.<sup>104</sup>

A partir da contribuição desses autores, Almir Bueno articulou teoria e prática, pois ele tentou perceber o significado de determinados conceitos políticos como povo, democracia e federalismo que marcaram as idéias políticas dos norte-rio-grandenses no final do século XIX, associando-os à realidade histórica que os produziu.

As principais fontes para selecionar os discursos políticos foram os jornais das diversas correntes de opinião existentes no Rio Grande do Norte, num período da transição da monarquia para a república, onde se publicavam os manifestos partidários, programas políticos e comentava-se as conjunturas políticas. Outras fontes usadas por Almir Bueno foram os discursos dos parlamentares que emitiam idéias sobre a organização do regime republicano e posições sobre as questões políticas vigentes no final do século XIX. E para entender as conturbadas relações entre o governo federal e as lideranças políticas potiguares,

---

<sup>102</sup> Esse livro é a tese de doutorado do professor Almir Bueno defendida em 1999, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>103</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República*, p. 20-21.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 17-18.

Almir Bueno pesquisou também no arquivo pessoal de Floriano Peixoto, especialmente as correspondências entre o presidente e as autoridades potiguares.<sup>105</sup>

Às novas referências metodológicas assumidas pelo autor, correspondeu uma nova interpretação sobre a instauração do novo regime no Rio Grande do Norte. O professor Almir Bueno analisou os dois centros irradiadores do republicanismo potiguar, Caicó e Natal, e evidenciou que a formação desses núcleos anti-monarquistas teria se dado por fatores externos à dinâmica da política local. Essa interpretação vai de encontro à idéia de existência de uma tradição republicana entre os potiguares incorporada pelos autores clássicos. E quanto às manifestações republicanas, na década de 70, na província do Rio Grande do Norte, Almir Bueno as qualifica, assim como Spinelli Lindoso, “de efêmeras e isoladas”.<sup>106</sup>

A formação do primeiro núcleo republicano organizado no Rio Grande do Norte se deu em Caicó, em 25 de julho de 1886, sob a liderança do jovem bacharel em Direito, Janúncio da Nóbrega. A explicação para o pioneirismo seridoense na organização do movimento republicano estaria no fato, segundo Almir Bueno, dos filhos da elite do Seridó irem fazer seus cursos superiores na Faculdade de Direito do Recife, onde entravam em contato com idéias republicanas e quando voltavam a sua terra de origem acabavam defendendo idéias estranhas à sociedade patriarcal dessa região.<sup>107</sup>

O segundo centro republicano se constitui em Natal e teve como principal impulso para a sua formação “o contato de João Avelino com os republicanos norte-rio-grandenses há muito radicados na corte”<sup>108</sup>. O principal republicano potiguar emigrado era José Leão e sob sua liderança foi organizado o centro republicano potiguaranense no Rio de Janeiro que tinha como objetivo divulgar as idéias anti-monarquistas no Rio Grande do Norte, e, desse modo, preparar os potiguares para a instauração do novo regime. José Leão teria sido responsável por manter o contato entre os seus conterrâneos e os republicanos históricos do Rio de Janeiro, viabilizando a fundação do partido, assim como escreveu Almir Bueno:

Leão foi o principal elo entre os republicanos “históricos” da capital do império e seus correligionários de Natal, exercendo grande influência inicial sobre estes, especialmente na insistência decisiva para a organização do partido republicano de sua província natal do qual se considerava um dos fundadores.<sup>109</sup>

<sup>105</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República*, p. 18-19.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 58.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 62-63.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 65.

Segundo Almir Bueno, Pedro Velho, ao ter convicção de que a monarquia ruiria, aproveitou seus contatos e os de seu primo João Avelino com os republicanos da corte para fundar o partido republicano potiguar e, assim, assegurar a sua liderança quando o novo regime político se instaurar dando início ao seu projeto oligárquico que estava expresso na composição do partido, formado majoritariamente por seus parentes e amigos.<sup>110</sup>

Entretanto, antes de estabelecer de fato o que teria representado e como teria se dado a mudança de regime político, o professor Almir Bueno analisa as idéias políticas, filosóficas e jurídicas que teriam marcado o cenário norte-rio-grandense às vésperas da proclamação e determinado a presença de quatro correntes de pensamento: *o reformismo monárquico conservador, o radicalismo liberal democrático, o republicanismo romântico e o republicanismo oficial*.<sup>111</sup>

Apontaremos apenas como cada corrente teria, conforme os estudos de Almir Bueno, concebido a implantação do regime republicano: a primeira corrente referida teve como principal defensor o alagoano conservador Oliveira Santos que exerceu a magistratura no Rio Grande do Norte na década de 80 do século XIX. Para ele as mudanças sociais se dariam sem ser necessário ocorrer uma mudança de regime político, mas sendo preciso que se efetuasse uma reforma política e administrativa no sistema imperial o que corresponderia na prática uma maior autonomia provincial<sup>112</sup>.

Já o *radicalismo liberal democrático*, representado por Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas que foram influenciados pelo evolucionismo darwinista durante seus estudos na Faculdade de Direito do Recife, significou, a princípio, a defesa pela democratização da monarquia, mas as resistências dos membros do partido liberal às reformas democráticas levaram os representantes dessa corrente a defender o republicanismo que viria inevitavelmente em decorrência da natural evolução social<sup>113</sup>.

O republicanismo “romântico” foi definido por Almir Bueno como o republicanismo mais puro. A essa corrente estão associados os jovens Janúncio da Nóbrega e Braz de Melo que também foram formados na Faculdade de Direito de Recife. Esses jovens representavam na província do Rio Grande do Norte os ideais republicanos radicais defendidos na esfera nacional por Silva Jardim, como a derrubada da monarquia por meio da violência, caso fosse necessário, ou seja, a república seria precedida, por uma revolução o que não significava uma guerra civil, uma vez que para os românticos o novo regime era uma aspiração de todo o povo

<sup>110</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República*, p. 66-67.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 71-72.

brasileiro, estando essa revolução associada às barricadas francesas urbanas no estilo de 1830.<sup>114</sup>

E Pedro Velho, o principal representante do *republicanismo oficial*, aproximara-se dos moderados de Quintino Bocaiúva o que o levou a defender a instauração do regime republicano por meio do voto, pois seria por meio da representação democrática que a república triunfaria, representação essa que excluía a mulher, os analfabetos estando bem enquadrados dentro dos princípios patriarcas da sociedade no final do século XIX.<sup>115</sup>

Depois de traçar, no segundo capítulo, as ideologias políticas que marcaram a província do Rio Grande do Norte as vésperas do 15 de novembro, Almir Bueno interpretará como o golpe militar foi recebido e o que significou nessa província. A Proclamação da República só foi reconhecida no Rio Grande do Norte a 17 de novembro de 1889, dois dias depois de concretizada no Rio de Janeiro, pegando de surpresa as lideranças políticas e tanto os monarquistas quanto os republicanos teriam se acautelado e esperado notícias mais definitivas sobre a nova situação. Ao terem certeza da consumação do novo regime os liberais que estavam no poder e o presidente da província, Antônio Basílio Ribeiro Dantas, passaram o controle do novo governo para o líder republicano, Pedro Velho, não representando a instituição do novo regime uma mudança radical nas estruturas política e econômica do estado.

Em *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, o novo regime é pensado não a partir de uma história tradicional, mas de uma história em que as ideologias estão articuladas às ações dos sujeitos que participaram da instalação da república no Rio Grande do Norte.

No texto que analisamos de Marlene Mariz não encontramos elementos que indiquem uma efetiva renovação dos estudos sobre a implantação da república no Rio Grande do Norte o que foi verificado somente no final dos anos 80 com a obra de Spinelli Lindoso que se afastou do estilo meramente narrativo ao propor uma interpretação do político determinada pelo econômico. E esse processo de renovação foi continuado pela obra de Almir Bueno que influenciado pela nova história política tentou compreender como a instauração do novo regime era concebida pelos grupos políticos que vivenciaram aquele momento histórico.

---

<sup>113</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República*, p. 75.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 77-82.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 82-87.

## CONCLUSÃO

Após a consolidação da oligarquia Albuquerque Maranhão, a fabricação de heróis republicanos potiguares fez parte da tentativa de construção da memória republicana no Rio Grande do Norte. a escolha de Frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão e do movimento de 1817 para representar a idéia de República no passado, constituiu-se na tentativa de legitimação do novo regime no Estado.

Entretanto, a falta de envolvimento político na população, exigiu que os discursos legitimadores dos republicanos potiguares apelassem para a religiosidade popular como caminho para se atingir o imaginário político dos norte-riograndenses. Sendo portanto, Frei Miguelinho o personagem que mais subsídios forneceu para o processo de fabricação do herói religioso republicano, como bem observamos nos artigos do jornal *A República*, publicados entre 1889 e 1920, em que Frei Miguelinho é significativamente mais evocado do que André de Albuquerque Maranhão e tem as suas ações associadas aos valores cristãos.

Essa idéia de tradição republicana em terras potiguares, em que o movimento de 1817 e seus participantes são a maior referencia, foi reforçada pela historiografia clássica. Na obra de Rocha Pombo, o povo, inspirado no “grande exemplo de civismo” de frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão, cultivava o sentimento republicano, desde 1817, o que legitimaria a instituição da República em 1889. Na narrativa de Tavares de Lira, esse povo não teria a dimensão do seu passado republicano, pois as lutas e os ideais da República foram formentados pelos grupos de elite, sendo necessário aos líderes desses grupos lembrar ao povo o glorioso movimento de 1817 que liderado pelo mártir dos princípios liberais, André de Albuquerque Maranhão, o semeador dos valores da liberdade nas terras potiguares. Mas, André de Albuquerque Maranhão e Frei Miguelinho não são, como na obra de Rocha Pombo, descritos como heróis, pois não é atribuído às suas imagens um tipo de personalidade coletivamente valorizada.

Assim como Tavares de Lira, Cascudo desenvolveu em seus textos a idéia de que os valores republicanos também foram formados entre os grupos de elite, mas ao contrário dos outros autores o passado republicano potiguar, na sua obra, não esta centrado no movimento de 1817 e no martírio de Frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão, sendo destacado outras manifestações anti-monarquistas que representaria o passado republicano no Estado.

As interpretações dos professores universitários sobre a implantação da República no Rio Grande do Norte afastaram-se progressivamente da idéia da existência de uma tradição republicana no Estado. O texto que analisamos de Marlene Mariz, publicado em 1986, ainda reforça a existência de um passado republicano, fazendo referência ao movimento de 1817, sem contudo enaltecer seus participantes. Entretanto as interpretações de Marlene Mariz distancia-se das interpretações clássicas por não insistir em exaltar as ações do líder republicano, Pedro Velho, bem como por associar a consolidação da oligarquia Albuquerque Maranhão no poder ao uso da máquina governamentista em benefício dessa família.

Já no texto analisado de Spinelli Lindoso a Implantação da República foi interpretada a partir das lutas entre as facções da classe dominante regional que almejava o controle da máquina administrativa do Estado para o beneficiamento das suas produções. Por meio dessa interpretação, Spinelli Lindoso rompe com a idéia da tradição republicana no Estado, na medida em que concebe a realidade política do final do século XIX determinada pelos interesses econômicos. Outro autor que não compreendeu a implantação da república no Rio Grande do Norte como o resultado de um antigo desejo da população é Almir Bueno que descreveu a instituição da República como um golpe que pegará os grupos políticos de surpresa e não representou uma mudança nas estruturas políticas e econômicas.

Ao iniciarmos a pesquisa pretendíamos estudar os referenciais já estabelecidos no imaginário social ~~que~~ levaram a mitificação de Frei Miguelinho e André de Albuquerque Maranhão, mas as dificuldades que tivemos de ter acesso a documentação sobre o movimento de 1817 inviabilizaram os nossos objetivos, forçando-nos a estudar exclusivamente os discursos que visavam a construção do passado republicano nos jornais *A República* e a repercussão desse passado na historiografia norte-riograndense.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

DECRETO do governo do estado do Rio Grande do Norte, 1ª parte 7 de dezembro de 1889 a 6 de junho de 1891, 2ª parte 17 de dezembro de 1891 a 3 de dezembro de 1895. Natal: Typ da Renaud, 1896.

A REPÚBLICA, Natal, 1890 - 1920.

### Bibliografia

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n. 23/24, set.1991/ago.1992.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

\_\_\_\_\_. República e legitimidade: a construção do imaginário republicano no Rio Grande do Norte (1889-1930). **Projeto de pesquisa do Departamento de História da UFRN**. 2003.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário republicano no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Republica no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. do Val Ltda., 1965.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal : Fundação José Augusto, 1982.

COSTA, Marcone Silva da. **O movimento de 1817 na historiografia clássica norte-rio-grandense**. 1999. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moares. A nova “velha história”: O retorno da história político. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 265-271, 1992.



GIRARDET, Raul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nações e civilizações nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos: caminho da historiografia**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1988.

HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulo de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LINDOSO, José A. Spinelli. **Da Oligarquia Maranhão à Política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha Republica**. Natal: CCHLA/UFRN, 2002.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

MARIZ, Marlene da Silva. A instauração do regime republicano no Rio Grande do Norte e os grupos políticos partidários do período – 1889/1930. **Revista de História**. Natal: Ed. UFRN, v.1, n. 1, 1987.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico. Natal e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. **Caderno de História**. Natal: Ed. UFRN, v. 3/4, n. 2/1, p. 41-57, jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997.

POMBO, Rocha. **História do Estado Rio Grande do Norte**. Rio Janeiro: Ed. Anuários do Brasil, 1922.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Verbena Nidiane de. **Datas comemorativas e imprensa: a construção de uma memória republicana no Rio Grande do Norte (1890-1896)**. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, Janice Teodoro da. **Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas., 1978.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

**ANEXOS**

	<b>19 de março</b>	<b>12 de junho</b>	<b>21 de abril</b>
<b>1890</b>	s.a	s.a	s.a
<b>1891</b>	s.a	s.a	X
<b>1892</b>	s.a	s.a	X
<b>1893</b>	s.a	s.a	X
<b>1894</b>	s.a	s.a	X
<b>1895</b>	s.a	s.a	X
<b>1896</b>	s.a	s.a	s.a
<b>1897</b>	X	X	
<b>1898</b>	X	X	
<b>1899</b>	s.a	Inex.	
<b>1900</b>	Inex.	Inex.	
<b>1901</b>	s.a	X	
<b>1902</b>	s.a	X	
<b>1903</b>	s.a	X	
<b>1904</b>	Inex.	Inex.	
<b>1905</b>	s.a	s.a	
<b>1906</b>	s.a	s.a	
<b>1907</b>	Inex.	Inex.	
<b>1908</b>	Inex.	Inex.	
<b>1909</b>	Inex.	Inex.	
<b>1910</b>	Inex.	Inex.	
<b>1911</b>	Inex.	Inex.	
<b>1912</b>	s.a	X	
<b>1913</b>	Inex.	Inex.	
<b>1914</b>	s.a	X	
<b>1915</b>	Inex.	Inex.	
<b>1916</b>	Inex.	Inex.	
<b>1917</b>	Inex.	X	
<b>1918</b>	s.a	X	
<b>1919</b>	Inex.	Inex.	
<b>1920</b>	Inex.	Inex.	

Anexo A: evidentemente nossas considerações estão baseadas nos jornais que tivemos acesso.

### Legenda

**19 de março** – Governo de André de Albuquerque Maranhão

**21 de Abril** – Comemoração do dia de Tiradentes

**12 de Junho** – Execução de Frei Miguelinho

**s.a** – não apresenta artigo

**Inex.** – jornais que não tive acesso

**X** – apresenta artigo



Anexo B: Fotografia que registra a festa cívica comemorativa do centenário da revolução de 1817.